

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM LÍNGUA PORTUGUESA

GEISA BEZERRA

**UM ESTUDO SOBRE OS ADVÉRBIOS TERMINADOS EM
-*MENTE*, PRESENTES NOS PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE JOÃO GOULART**

SÃO PAULO

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM LÍNGUA PORTUGUESA

GEISA BEZERRA

**UM ESTUDO SOBRE OS ADVÉRBIOS TERMINADOS EM
-*MENTE*, PRESENTES NOS PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE JOÃO GOULART**

Monografia apresentada à Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE-PUC-SP), como parte dos requisitos para a obtenção do título de **Especialista em Língua Portuguesa**.

Orientador: Prof. Me. Cassiano Butti.

SÃO PAULO

2017

“Quem não vê bem uma palavra
Não pode ver bem uma alma.”
Fernando Pessoa.

BEZERRA, Geisa. **Um estudo sobre os advérbios terminados em *-mente*, presentes nos pronunciamentos do presidente João Goulart**. São Paulo, 2017, 47 p. Monografia (Pós-Graduação Especialização *Lato Sensu* em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade fazer uma análise dos advérbios terminados com o sufixo *-mente*, presentes nos pronunciamentos do presidente João Goulart. Por ser uma classe de difícil definição, faremos uma abordagem do processo de classificação das palavras, de forma especial da classificação dos advérbios, por meio de uma revisão das gramáticas de cunho tradicional de Cunha & Cintra e Bechara, bem como da gramática funcionalista de Neves. Com sentenças retiradas do *corpus* escolhido, rico em advérbios em questão, buscaremos analisar como esses advérbios se comportam na sentença, de acordo com sua funcionalidade. Para isso, nos valeremos das abordagens funcionalistas de Neves e Ilari. O trabalho será finalizado contemplando os advérbios terminados em *-mente* sob o ponto de vista da estilística. Sob a ótica de Martins, buscaremos entender como essas palavras se encaixam como recurso estilístico, e quais os impactos estilísticos que esses advérbios provocam nos pronunciamentos do presidente Jango.

Palavras-chave: advérbio; gramática; estilística; sufixo; Jango.

ABSTRACT

The present work has as purpose to make an analysis of the adverbs ending with the suffix -mente, present in the pronouncements of the president João Goulart. As a class of difficult definition, we will approach the process of classifying words, especially the classification of adverbs, through a review of the traditional grammars of Cunha & Cintra and Bechara, as well as the functionalist grammar of Neves . With sentences taken from the chosen corpus, rich in adverbs in question, we seek to analyze how these adverbs behave in the sentence, according to their functionality. For that, we will use the functionalist approaches of Neves and Ilari. The work will be finalized by looking at the adverbs that are finished in terms of stylistics. From Martins's perspective, we will try to understand how these words fit as a stylistic resource, and what stylistic impacts these adverbs elicit in President Jango's pronouncements.

Key-words: adverb; grammar; Stylistic; suffix; Jango.

SUMÁRIO

Introdução	07
CAPÍTULO I - ADVÉRBIOS: ASPECTOS GRAMATICAIS, SEMÂNTICOS E DISCURSIVOS	16
1.1 A Classe dos advérbios.....	16
1.2 Advérbios predicadores.....	21
1.3 Advérbios Qualificadores / Modificadores.....	22
1.4 Advérbios Aspectualizadores.....	23
1.5 Advérbios Modalizadores.....	24
1.5.1 Modalizadores epistêmicos.....	24
1.5.2 Modalizadores deônticos.....	25
1.5.3 Modalizadores afetivos ou atitudinais.....	25
1.5.4 Advérbios graduadores.....	25
1.5.5 Advérbios que quantificam sobre eventos.....	26
1.6 Advérbios verificadores.....	27
1.7 Advérbios de negação.....	29
1.8 Advérbios de inclusão.....	30
1.9 Advérbios aproximadores.....	30
1.10 Advérbios delimitadores.....	31
1.11 Advérbios circunstanciais.....	31
CAPÍTULO II – ADVÉRBIOS: ASPECTOS ESTILÍSTICOS	33
2.1 Estilística fônica.....	35
2.2 O processo de formação de palavras e a estilística.....	37
2.3 Estilística da frase - a posição dos advérbios.....	39
Conclusão	43
Referências	45
Anexos	48

INTRODUÇÃO

A vontade de falar sobre advérbios surgiu no decorrer do curso de pós-graduação em Língua Portuguesa pela PUC-SP, curso este que muito bem trouxe à tona os conflitos e dilemas relacionados à língua, seus conceitos e seu ensino.

Comumente definido como *palavra invariável modificadora de verbos, adjetivos e advérbios*, o ponto de partida para esta pesquisa aconteceu por meio de incógnitas que surgiram no decorrer das aulas no curso de especialização. A ideia de que o advérbio não seria uma palavra necessariamente invariável, ou que poderia também modificar um substantivo, despertou o interesse para um estudo mais aprofundado dessa classe gramatical.

A abordagem sobre a classe dos advérbios dar-se-á, neste trabalho, por meio um estudo gramatical que busca, numa revisão crítica-comparativa entre gramáticas com abordagens de cunho tradicional e funcionalista, apresentar como os advérbios se comportam e quais suas funcionalidades na língua.

Para isso, o primeiro capítulo mencionará o conceito de classe de palavras e suas definições, detalhando de forma especial o conceito da classe dos advérbios, de modo a apresentar, com exemplos do *corpus* escolhido, como esses advérbios se comportam e quais as implicações que seu uso acarretam ao texto.

O *corpus* escolhido trata-se dos pronunciamentos do presidente João Goulart. Cabe ressaltar que serão analisados os advérbios terminados com o sufixo *-mente*, devido à grande quantidade de palavras com esta característica presentes nesses textos.

O segundo capítulo trata-se de um olhar diferenciado para com os advérbios, agora sob a perspectiva da estilística, isto porque, no decorrer deste estudo, chamou-nos a atenção a frequência com que Jango se utilizava desses elementos lexicais, e como isto funcionava como recurso estilístico, fato que caracterizavam seus pronunciamentos por populares e carismáticos. Serão analisados aspectos estilísticos

relativos ao som (estilística fônica), ao processo de formação de palavras (uso dos sufixos), e também no que diz respeito à posição que os advérbios ocupam na frase.

Trataremos os textos analisados por *pronunciamentos*, e não por discursos, visto que o termo *discurso* aborda uma concepção muito maior que somente o texto.

Entendemos, portanto, discurso como um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu. (GREGOLIN, 1995, p. 17)

Em se tratando particularmente do discurso político, é necessário nos atentarmos de que há uma constante disputa pela verdade; o discurso é construído e reconstruído, num movimento dinâmico, ao mesmo tempo que frágil.

O ideal deste trabalho é analisar o conteúdo textual dos pronunciamentos de Jango e não de seu *discurso*, portanto, não nos valeremos nesta pesquisa das teorias da análise do discurso.

Os pronunciamentos de Jango levavam ao povo o sentimento de esperança e mudança; continham; além de uma impecável estrutura gramatical, um ar de refúgio para o povo, pois defendiam a ideia de um Brasil para os brasileiros. Jango, como político, era comprometido com a melhora da vida da população, e sua biografia pessoal é marcada por eventos que perpassam a glória e a tragédia, o que levou o presidente Jango a entrar para a história, não de forma discreta, mas como um político que através das palavras fez florescer um sentimento de dias melhores em meio a situações de crise.

João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja-RS em 01 de março de 1918 e faleceu em 06 de fevereiro de 1976 na cidade de Mercedes – Argentina.

Descendente de portugueses e filho de um estancieiro gaúcho, Jango, como era popularmente conhecido, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1939, porém nunca atuou na área. Com o falecimento de seu pai em 1943, tornou-se responsável pelo gerenciamento dos negócios da família e, ao desenvolver notável faro para investimentos, ampliou consideravelmente a fortuna da família (MOTA, 2012). “Em 1945 Foi coproprietário do jornal” "Uruguai". (ARQUIVO NACIONAL)

Sua vida política é intrínseca à sua relação com o ex-presidente Getúlio Vargas (deposto ao fim do Estado Novo) e que em 1945 retornou a São Borja. Em 1946 Jango se associa ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e cria a sede do partido em São Borja. Vargas é responsável pela introdução de Jango na política, pois percebe e explora seu potencial para a liderança e sua grande popularidade no município devido sua facilidade de relacionamento com as pessoas humildes. (FGV, 2001). Em 1946 foi eleito deputado estadual (1946-1950), concomitantemente foi presidente estadual do PTB. Em 1951 foi eleito deputado federal, cargo para o qual se licenciou ao assumir a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul (1951-1952), durante o governo presidencial de Vargas (1950).

Segundo MOTA (2012), a rápida ascensão da carreira política de Jango se deve a fatores como sua grande lealdade a Vargas, sua percepção social e seu grande talento para negociar; sendo um político hábil “conseguiu fazer carreira rápida no campo varguista e trabalhista, com o detalhe de defender projeto social bastante mais avançado” (MOTA, 2012. P, 63).

Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1952, voltando de sua cadeira de deputado, e devido a suas atividades políticas, seu prestígio e apoio se ampliou por diversas bases sindicais. Em junho de 1953, Jango assume o Ministério do Trabalho, o que aumentou as expectativas sobre ele e seu nome como grande líder. Neste cargo buscou de forma incessante negociar com as diversas categorias de profissionais e a atender as reivindicações dos trabalhadores, ao mesmo tempo que mantendo um controle das massas. Ainda se aprofundou em questões relacionadas ao salário mínimo e ao real custo de vida; seus estudos apontavam para a necessidade de dobrar o valor do salário, proposta que obteve grande oposição e levou a sua exoneração. Após a morte de Vargas, Jango se tornou um dos maiores nomes da política trabalhista do Brasil.

Entre 1952 – 1964, Jango assumiu a presidência nacional do PTB. Foi candidato ao senado em 1954, mas não foi eleito. Durante um período em que a eleição de presidente e vice-presidente ocorriam separadamente, a chapa PTB/ PSD elegeu, em 1955, Goulart como vice-presidente, com mais votos que o presidente Juscelino Kubitschek. Nesse governo assumiu outras pastas públicas como “chefe da delegação brasileira à Conferência Internacional do Trabalho (1958) e à Conferência

da Organização Internacional do Trabalho (1960), ambas reunidas em Genebra”. (ARQUIVO NACIONAL). No ano de 1958 organizou a 1ª Conferência Nacional do Trabalho. Como vice-presidente, Jango atuou como importante mediador entre o governo e os sindicatos, e também como conciliador dentro do PTB. No ano de 1960 foi eleito reeleito vice-presidente em oposição a Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), que venceu o pleito.

Jango buscou a consolidação de uma política externa independente. Em 5 de julho foi aprovado o projeto que autorizava a viagem de Goulart na delegação econômica que visitou do leste europeu, os países emergentes da Ásia e a República Popular da China (1961). Porém, durante o período das visitas, o presidente Jânio Quadros renuncia ao seu cargo e Jango é obrigado a voltar para o Brasil com urgência.

Contudo sua volta ao Brasil representou um novo impasse político. Apesar da clareza constitucional que determinava que o vice deveria assumir imediatamente a presidência da república em caso de renúncia do presidente vigente, Jango sofreu grande resistência por parte dos ministros militares da época e do presidente da câmara, que alegavam o envolvimento de Jango com os partidos comunistas.

A campanha pela legalidade, movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, Leonel Brizola, exigia a posse de Goulart. A sucessão de eventos posteriores à renúncia de Quadros e as tentativas de negar a posse de Jango criaram uma tensão nacional. A tentativa de impedir a posse foi rejeitada pelo congresso nacional em 29 de agosto, porém em resposta à pressão popular no Sul do país e à tentativa de amenizar a crise política, o congresso aprovou a emenda constitucional que instala o parlamentarismo, visando reduzir o poder de Jango e suas supostas tendências comunistas, bem como sua formação política varguista. Em 1º de setembro Goulart retorna à capital federal, e no dia 7 de setembro de 1961 foi empossado na presidência da República. (ARQUIVO NACIONAL)

Através do diálogo e de negociações, Jango tentou desarticular os opositores a seu governo sem abrir mão de sua base de esquerda, buscando realizar uma “política de conciliação marcada pelo diálogo com os diversos partidos representados

no Congresso.” (FVG, 2001). A principal causa defendida em seu governo era a proposta agrária, porém ela encontrava grande resistência nos ministérios.

Durante seus anos de governo, Jango tinha o objetivo de realizar uma política nacionalista e democrática, com grande articulação e como um exímio negociador político que defendeu amplas reformas sociais no Brasil, “como a ampliação dos direitos trabalhistas e a reforma agrária, mas também o controle do capital estrangeiro, a ampliação dos mercados externos do país e sua maior aproximação com as demais nações da América Latina.” (ABREU, 2012. p. 327). Pode-se dizer que Jango foi o principal herdeiro do trabalhismo varguista.

FERREIRA (2011), em seu trabalho biográfico sobre Goulart, aponta que o lado promissor de Jango na política:

“Mostra-se sinceramente empenhado nas causas anunciadas em seus discursos. Ele desejava melhorar a vida dos mais pobres e reduzir a dependência externa (ou emancipar a nação, nos termos da época), e pretendia consegui-lo por meio de negociações e acordos, que evitassem rupturas revolucionárias.” (apud ABREU, 2012).

A herança econômica deixada pelo governo anterior agravou a situação de Jango e a busca a seus objetivos. Sem apoio dos ministros a inflação era um grande dilema em sua gestão e muitas de suas propostas encontraram resistência. Essa crise e o desmonte de um importante gabinete levaram a antecipação do plebiscito que iria decidir sobre a continuidade do regime parlamentarista em 1965. A pressão dos militares que não desejam a volta ao presidencialismo, com a acusação de defesa dos comunistas pelo governo, fez com que em janeiro de 1963, foi realizado um plebiscito no qual foi decidido o fim do regime parlamentarista, e Jango assumiu com plenos poderes a presidência. (FVG, 2001); (AGÊNCIA SENADO, 2015).

Obtendo ajuda externa para a solução da crise e com ações internas para tentar controlar a inflação, o presidente tentava articular para o controle da inflação, reestabilização econômica, reformas e os reajustes salariais. A ajuda financeira de capital externo estava condicionada à adoção de medidas restritivas ao crescimento, que correspondiam às reivindicações populares e dos setores da esquerda brasileira. (ARQUIVO NACIONAL). “Enquanto o governo enfrentava todas essas dificuldades na área econômica, ganhava corpo o movimento conspiratório que, desde a posse de Goulart, tramava a sua deposição.” (FGV, 2001).

Suas tentativas de conciliar a política de centro e de esquerda não apresentam os resultados planejados, e Goulart começou a perder o controle político e militar da situação, o que impulsionou a conspiração para derrubar a presidência. No dia 31 de março de 1964, com o auxílio do governo americano, deu-se início ao golpe de estado liderado pelos militares que derrubou Jango do poder. Jango então exilou-se no Uruguai e depois na Argentina, onde morreu vítima de um ataque cardíaco aos 58 anos, sem nunca ter voltado a pisar os pés em seu país. Entretanto, muito ainda se discute sobre a morte de João Goulart, pois há grandes suspeitas e indícios de que o ex presidente tenha sido assassinado por envenenamento, de forma premeditada, com o conhecimento do governo Geisel.¹

No período do governo Jango destacaram-se os movimentos *populismo* e *nacionalismo-reformista*.

O populismo pode ser entendido como uma manifestação política em sociedades nas quais as elites políticas estão alijadas das massas e, por não haver canais de interlocução convencionais, o povo busca, na figura de um líder carismático, alternativas para que sejam entendidas suas legítimas demandas sociais. (SILVA, 2012, P. 113)

Com relação ao nacionalismo, tomemos uma definição citada em um artigo da Revista Correio Brasiliense de 1958:

“O nacionalismo não supõe exclusivamente o Estado intervencionista. Supõe, isto sim, o Estado na liderança, no comando da política de desenvolvimento, no estímulo direto ou indireto de medidas promocionais de desenvolvimento”.²

¹ Ernesto Geisel – Presidente do Brasil entre os anos de 1974 a 1979.

² Revista Brasiliense, nº18, julho-agosto de 1958, p. 17 *apud* PÉCAUT, op.cit., p. 144, *apud* Domingos (2009).

Esses anos foram marcados por grandes ideias de transformação, as chamadas *reformas de base*³, que propunham profundas mudanças nas relações políticas, sociais e culturais, envolvendo diretamente a população (DOMINGOS, 2009).

Tamanha foi a manifestação que, posteriormente, foi gerada a crise que tiraria Jango da presidência da república. DOMINGOS explica que:

[...] a luta pela reforma mobilizava toda a nação. Para os setores populares, representaria avanços consideráveis nas suas condições de vida. Para os grupos dominantes, poderia representar perdas irreparáveis para sua sustentação. Todas as reformas apelavam, em maior ou menor grau, implícita ou explicitamente, ao aperfeiçoamento do capitalismo no Brasil, utilizando-se do nacionalismo com vista à maior incorporação social. Nenhuma delas, nem por um momento, se aproximava de medidas socialistas ou mesmo comunistas, como eram genericamente acusadas pelos que as combatiam.

Não era o comunismo que os setores dominantes da sociedade queriam bloquear, embora ele fosse a tônica do discurso; o inimigo era o nacionalismo dos anos 40/50. O inimigo era o nacional-reformismo. (DOMINGOS, 2009)

Diante de tal cenário político-ideológico, Jango apresentava-se como o presidente que tinha como objetivo fazer reformas em visão do crescimento do país e do bem-estar do povo brasileiro. Em seus pronunciamentos, Jango apresentava uma fala marcante, utilizando-se de um vocabulário rico, formal, mas ao mesmo tempo carismático e atrativo aos seus ouvintes.

A escolha desse *corpus* deve-se à percepção de que Jango utilizava em seus pronunciamentos um vocabulário vasto, e de que tinha uma curiosa preferência pelos advérbios terminados com o sufixo *-mente*.

³ Sob essa ampla denominação de "reformas de base" estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. (FGV, 2001)

Neste estudo, foi feito um levantamento dos advérbios terminados em *-mente* em 17 pronunciamentos do presidente Jango. No total dos 17 pronunciamentos foram encontrados 118 advérbios terminados com o sufixo *-mente*. Para melhor localização dos textos nas citações deste trabalho, os pronunciamentos serão numerados:

- D1 - Discurso de posse de Joao Goulart na Presidência da República no Regime Parlamentarista;
- D2 - Discurso ao presidir a solenidade de lançamento do maior navio mercante construído à época no País;
- D3 - Discurso de encerramento no Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas;
- D4 - Discurso no Palácio do Planalto, ao sancionar a lei que aprova o Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);
- D5 - Discurso ao instalar o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul;
- D6 - Discurso perante o Conselho da Organização dos Estados Americanos;
- D7 - Discurso no banquete oferecido pelas associações americano-brasileiras;
- D8 - Discurso em solenidade no Palácio das Laranjeiras, ao ser instalada a Petrobrás;
- D9 - Discurso no almoço oferecido no Palácio da Alvorada a UThant, Secretário Geral da organização das Nações Unidas;
- D10 - Discurso no Palácio das Laranjeiras, ao serem firmados acordos entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e sua associada S.A. Mineração Trindade, para exportação de minério de ferro;
- D11 - Discurso na sessão de instalação da L1 Conferência Interparlamentar;
- D12 - Discurso na solenidade de instalação da VII Conferência Regional da FAO para a América Latina;
- D13 - Discurso na solenidade de assinatura de contrato entre a Central Elétrica de Urubupungá e firmas italianas, relativo à construção de usina hidrelétrica;
- D14 - Discurso na sede do Automóvel Clube, ao iniciar a jornada cívica pelo plebiscito de 6 de janeiro de 1963;
- D15 - Discurso sobre política Externa e Dívida Brasileira;
- D16 - Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil;

- D17 - Anexos: Crise de Cuba: Troca de Cartas entre os Presidentes dos Estados Unidos e do Brasil.

CAPÍTULO I – ADVÉRBIOS: ASPECTOS GRAMATICAIS, SEMÂNTICOS E DISCURSIVOS

Neste primeiro capítulo, apresentamos uma revisão crítica do tratamento dado aos advérbios em diferentes abordagens gramaticais, confrontando-se os posicionamentos entre Cunha e Cintra (2011), Bechara (2009) e Neves (2012). Pretendemos, com isso, problematizar a questão do uso dos advérbios em relação aos conceitos defendidos pelos gramáticos citados e o difícil processo de classificação de uma palavra na classe dos advérbios.

Finalizamos o capítulo contemplando uma abordagem funcional dos advérbios, analisando suas funções discursivas. Para isso, trabalhamos com a categorização proposta por Neves (2012), para quem os advérbios, no uso efetivo da língua, podem se manifestar diversas funções, dentre as quais as de modalizadores, verificadores, circunstanciais, etc.

1.1 A classe dos advérbios

O estudo das classes de palavras, suas relações e suas funcionalidades engloba muito mais que definir essas classes. Iniciaremos este estudo por compreender de forma genérica o princípio de classificação dos advérbios – objeto de estudo desta monografia – de modo a confrontar o que se prescreve em nossa tradição gramatical normativa (CUNHA e CINTRA, 2011; BECHARA, 2009) com o que se descreve em abordagens funcionalistas contemporâneas dos estudos linguísticos (NEVES, 2012; ILARI, 2014, PERINI, 1995).

A priori, um dos motivos principais para a categorização das palavras de um dado sistema linguístico em classes corresponde à economia das afirmações gramaticais a respeito de um grupo de palavras que possuam características em comum. As classes se estabelecem imperativamente ao passo que cresce o número de informações acerca dessas palavras; quanto mais características as palavras têm em comum, aumenta a utilidade das classes. Conforme Perini (1995, p. 308) “Essas características morfológicas, sintáticas ou semânticas que servem para classificar as palavras se denominam *traços*.”

Convém ressaltar que toda classificação deve ter um objetivo útil, ou seja, deve haver uma aplicabilidade concreta de tal definição, de forma que tenha relevância para o funcionamento da gramática e na descrição dos grandes traços da língua, conforme defendido por Perini (1995, p. 32), para quem “uma gramática, enquanto descrição de uma língua, é na verdade um conjunto de hipóteses, mais ou menos bem fundamentadas.”

Muito embora os dicionários apresentem de imediato a qual classe pertence determinada palavra, essas palavras devem ser analisadas em seu contexto e sua funcionalidade. Considerando que as línguas estão em constante processo de transformação, e que as relações entre palavras são bastante variadas, não podemos realizar este estudo por uma perspectiva estritamente formal, centrada na classificação de palavras isoladas de seus usos efetivos em enunciados frasais e/ou nas produções textuais em que estão inseridas.

Neves (2012) orienta-nos a considerar como campo de análise a gramática de interfaces, nas quais se verifica a língua em uso. Para essa autora, os limites de definição das classes de palavras são bastante sutis, e o uso é elemento-chave na definição desta classificação.

O foco nos deslizamentos assenta-se no que se considera uma noção crucial, a de que as entidades linguísticas se configuram com zonas difusas de significação, com superposições funcionais e com imprecisão de fronteiras categoriais... (NEVES, 2012, p. 70)

Devido às diferenças e conflitos morfossintáticos e semânticos, Perini (1995) afirma que os critérios de classificação devem ser estudados separadamente. O gramático aponta que ignorar essa diferença é um dos motivos que geram problemas na classificação; forma e significado formam dois planos distintos de análise, mas complementares e, por isso, não podem ser descritos sob uma mesma esfera:

[...] acredito que uma posição correta a esse respeito é a de uma separação estrita entre a descrição dos aspectos formais (morfossintáticos) e os semânticos. Esse pressuposto condiciona toda a análise: segundo a posição que se tome frente ao problema, variam os próprios objetivos da descrição linguística. (PERINI, 1995, p. 313).

Partindo do exposto, fica claro que o estudo das classes de palavras deve ser minuciosamente cuidadoso, que as diferenças e funcionalidades da palavra em ação são aspectos relevantes, e que os “deslizamentos apontados” por Neves (2012) contribuem em dificultar a delimitação das classes.

É certo afirmar que o advérbio é uma classe de difícil descrição, e que existe falta de clareza quanto a sua delimitação, devido à grandeza de possibilidades e às inúmeras possibilidades relacionais. Os advérbios se relacionam com palavras de classes variadas, expressando diferentes “modificações”. É considerada por muitos estudiosos como uma classe pouco aprofundada, de forma que muitas vezes sua análise causa equívocos.

De forma resumida, podemos sintetizar as principais características delimitantes da classe dos advérbios, conforme prescrito tradicionalmente em nossas gramáticas normativas:

a) Sob o ponto de vista morfológico (ou morfossintático):

- palavra invariável
- palavra terminada em *-mente*
- modificador de não substantivos (morfossintático)

b) Sob o ponto de vista sintático

- modificador de adjetivos, verbos e advérbios
- termo não essencial, ou acessório

c) Sob o ponto de vista semântico:

- palavra que indica “circunstância”
- palavra que modifica o sentido de outra palavra

Os gramáticos mais tradicionais, como Cunha e Cintra (2011), tendem a definir a classe dos Advérbios como um modificador do verbo. No entanto, esta definição apresenta-se superficial, pois não considera as questões funcionais e as de uso, embora sequencialmente é complementada de que alguns advérbios reforçam o sentido de um adjetivo, outro advérbio ou uma sentença inteira.

Bechara (2009) define advérbio como uma expressão modificadora que por si só denota uma circunstância, e desempenha na oração a função de adjunto adverbial. Esse gramático conceitua o advérbio de forma mais ampla; afirma que o advérbio se refere a um verbo, a um adjetivo, a outro advérbio, a uma oração inteira e também a substantivos. No caso dos advérbios modificadores dos substantivos, esses se relacionam com os substantivos que remetem à qualidade de uma determinada substância, e não a uma substância em si; nesta perspectiva, o substantivo modificado pelo advérbio possui um carácter qualificador próprio dos adjetivos. Ilari afirma que essas ocorrências aparecem em expressões em que o substantivo tem carácter metafórico. Vejamos um exemplo exposto pelo autor: “ele é muito homem, muito gente, no sentido de muito viril, muito generoso; *grosso modo*, temos uma interpretação de adjetivo para o nome escopo do advérbio.” (ILARI, 2014, p. 270)

Sob esta perspectiva, dizer que os advérbios modificam os substantivos é uma afirmação muito delicada, e tal análise deve ser feita com cautela.

Cabe lembrar que o advérbio é uma classe heterogênea e exerce outros papéis além de modificador. Dessa forma, atribuir a função circunstancial do advérbio como sua característica fundamental não esclarece as dúvidas que circundam esta classe. Primeiramente, porque são inúmeras e incontáveis as circunstâncias expressas pelos advérbios, e a própria heterogeneidade dessas circunstâncias dificulta, em muitos casos, tal compreensão. É o que diz CÂMARA “perturba a descrição e a demarcação classificatória a extrema mobilidade semântica e funcional que caracteriza os advérbios.” (CÂMARA, s/d, p. 122 apud BECHARA, p. 288)

Ilari (2014, p. 271) diz que “do ponto de vista semântico, os Advérbios são palavras que ‘operam’ sobre outras palavras e expressões”. A ação de ‘operar’ atribuída ao advérbio nos reforça a ideia de uma classe de palavras modificadora, ou mesmo incrementadora a outras palavras e orações, entretanto, afirmar que todos os elementos lexicais operadores devem ser enquadrados na classe dos advérbios é

generalizar demais, e com isso nos deparamos com o problema com que nos vimos enfrentando: a dificuldade em descrever o que é e quais as palavras que podem ser consideradas Advérbios.

Cabe lembrar que o estudo dos advérbios não se restringe às suas relações mórficas, conforme revisado nos parágrafos anteriores, já que o advérbio também pode se referir a sentenças de menor porte, assim como a trechos de pronunciamentos mais extensos, aos quais Ilari (2014) se refere a *Advérbios do discurso*, que funcionam como conectivos textuais:

Esses advérbios de discurso são extremamente frequentes na língua falada, e sua importância para a organização dos textos, sejam eles monológicos ou dialógicos, é enorme. Mas, precisamente porque eles atuam no nível da organização discursiva. (ILARI, 2014, p. 270).

Tendo como referência a citação acima, concluímos que os advérbios, sob o ponto de vista discursivo, estabelecem vínculos coesivos entre os enunciados frasais, contribuindo, assim, para a completude e expressividade dos conteúdos textuais.

Devido à sua grande capacidade de flexibilização de emprego na estrutura linear das sentenças oracionais, os advérbios posicionam-se na frase de várias formas de acordo com a intensão de quem o usa.

Em geral, seu papel na oração se prende não apenas a um núcleo (verbo), mas se amplia na extensão em que se espraia o conteúdo manifestado no predicado. Isto lhe permite, em primeiro lugar, certa flexibilidade de posição não só no espaço em que se prolonga o predicado (com seu núcleo verbal), mas se estende aos domínios do sujeito, podendo antecede-lo ou vir-lhe posposto. (BECHARA, 2009, p. 290).

Um outro questionamento levantado por Ilari (2014, p. 272-273) nos chama a atenção: a inclusão dos dêiticos⁴ à classe dos advérbios. Para o estudioso, os dêiticos

⁴ “expressões como *ontem/hoje/amanhã/aqui/ali/lá*, que indicam as circunstâncias espaciais e temporais da fala ou da ação descrita na sentença.” (ILARI, 2014, p. 272)

são tipos diferentes das classes dos advérbios tradicionalmente reconhecidos, e devem ser tratados à parte, visto que funcionam como argumentos de um predicado, e não como operadores: característica principal de um advérbio.

Aparecendo em inúmeras formas lexicais, este trabalho seria demasiadamente longo caso fôssemos abordar de forma detalhada todos os advérbios presentes na língua portuguesa. Por este motivo, analisaremos exclusivamente os advérbios terminados com o sufixo *-mente*; no entanto, no capítulo a seguir apresentaremos uma abordagem das categorias adverbiais e como estas se comportam no texto, sua funcionalidade; bem como alguns exemplos de advérbios terminados com o sufixo *-mente*, todos retirados do *corpus* deste trabalho: os discursos do presidente Jango.

1.2 Advérbios predicadores

Falar de advérbios predicadores exige que tenhamos uma maior compreensão quanto ao conceito de predicado.

Neves (2012, p. 23) detalha claramente o conceito de predicado:

Os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou relações, e suas categorias são distinguidas segundo suas propriedades formais e funcionais.

O predicado - que designa propriedades ou relações – se aplica a um certo número de termos que se referem a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação linguística que o falante faz da situação.

Em suma, o predicado é toda informação que se pretende transmitir por meio de uma frase; é esta “codificação linguística” que o receptor faz do conteúdo recebido, também chamado de proposição.

Esta proposição é definida por Neves (2012) como um fato, um conteúdo a ser conhecido ou pensado; faz parte de um predicado em que estão presentes os argumentos e os elementos satélites. Sabendo que o advérbio se relaciona

tipicamente com um verbo, um adjetivo ou outro advérbio, compreendemos o que a linguista diz ao afirmar que o advérbio é um elemento satélite de um núcleo (NEVES, 2012, p. 234).

Complementando a ideia exposta no parágrafo acima, Ilari explica os advérbios predicadores como o predicado dos termos a que se aplicam. Dessa forma, se o advérbio é um elemento satélite na sentença, e se aplica à termos predicados, o advérbio funciona como o predicado de um outro predicado, ou, em outras palavras, um “*predicado de segunda ordem*” (ILARI, 2014, p. 272)

1.3 Advérbios qualificadores / modificadores

Os advérbios qualificadores, também chamados de advérbios modificadores, atuam diretamente sobre o predicado ao qual se relacionam, modificando-o, alterando o sentido inicial do núcleo a que se refere, isto é, detalhando de forma mais minuciosa o predicado em questão: “...os advérbios qualitativos acrescentam à expressão tomada como escopo traços semânticos de que esta não dispunha previamente.” (ILARI, 2014, p. 276).

Vejamos a frase abaixo, retirada do Discurso de posse de João Goulart na Presidência da República no Regime Parlamentarista:

Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo poder dele emana, devolver a palavra à vontade popular que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê seu referendun às decisões políticas que em seu nome estamos *solenemente* assumindo neste instante. (D1, p. 10)

No exemplo, o advérbio *solenemente* se refere diretamente à locução verbal *estar assumindo*. Este é um caso do uso de um advérbio qualificador que atua diretamente na ação do verbo principal da locução “assumir”, atribuindo-lhe uma característica; o advérbio descreve de forma mais completa a performance do verbo “assumir”.

1.4 Advérbios aspectualizadores

Sobre os advérbios aspectualizadores, estes cernem aos aspectos temporais da sentença, atribuindo ao verbo referido e aos demais componentes sentenciais que atuam sobre o verbo. Estes advérbios têm por finalidade quantificar a ação por seu caráter durativo, de pontualidade, de perfectividade ou imperfectividade

Os advérbios aspectuais durativos atuam como medidores de tempo da ação verbal, da duração do fato ocorrido; os pontuais comportam-se de forma contrária aos durativos, atuando como indicador de exatidão, pontualidade. Já os indicadores de perfectividade ou imperfectividade estão diretamente ligados semanticamente aos aspectos dos tempos verbais pretérito perfeito e pretérito imperfeito, enfatizando o sentido de uma ação concluída ou que está ou estava em andamento.

Em se tratando dos advérbios terminados em *-mente*, nota-se que há uma maior ocorrência de advérbios aspectuais durativos e pontuais, tema central deste trabalho. Para tanto, exemplificaremos com o trecho a seguir:

Quanto a mim, dispondo de dez dias para sancionar o projeto, cujo autógrafo recebo neste momento, fiz questão de apor-lhe *imediatamente* a minha assinatura, sem perder um minuto, sem retardá-lo um segundo. (D4, p. 21)

A continua deterioração das condições do comércio internacional, suportada pelos países em desenvolvimento, exportadores de produtos primários, veio despertar a consciência universal de que não somente correm riscos seus programas de industrialização em busca de melhores níveis de vida, mas bem de que se alarga *progressivamente* a distância que separa as regiões subdesenvolvidas do mundo. (D15, p. 74)

Nesses trechos temos, respectivamente, o advérbio aspectualizador de pontualidade *imediatamente* atua diretamente sobre verbo *apor*, determinando a exatidão da ação do presidente Jango; e o advérbio *progressivamente*, que determina o ritmo com que o verbo *alargar* se manifesta na sentença.

1.5 Advérbios modalizadores

Segundo Ilari (2014, p. 284),

A modalização é uma avaliação sobre o dictum da sentença e ocorre à medida que o falante assume diferentes graus de comprometimento com o valor de verdade desse dictum, ou expressa a seu respeito uma atitude ou reação psicológica.

Os advérbios chamados modalizadores correspondem a uma categoria de advérbios que possuem características de modalizar, ou seja, de ajustar a uma determinada afirmação ou negação um valor de verdade defendido pelo falante em relação ao que ele próprio diz. Os ditos modalizadores são subdivididos em subclasses as quais trataremos a seguir.

1.5.1 Modalizadores epistêmicos

Também chamados asseverativos, os modalizadores epistêmicos são os que asseguram uma adesão do falante ao que ele próprio diz, seja referente a um enunciado afirmativo, negativo ou mesmo relativo. São exemplos de advérbios modalizadores epistêmicos: *Evidentemente*, *Absolutamente*, *Provavelmente*. “A questão da terra no Brasil deve ser resolvida, **evidentemente**, de acordo com as características próprias de cada região.” (D3, p. 15)

1.5.2 Modalizadores deônticos

Os modalizadores deônticos tratam da obrigatoriedade do que é dito pelo falante; é a palavra que predica que algo deva ou não acontecer num determinado enunciado, numa perspectiva muito maior que a modalização delimitadora. Exemplo: *Obrigatoriamente*, *Necessariamente*: “A sua atividade há de ser **necessariamente** promocional e não apenas supletiva.” (D5, p. 25)

1.5.3 Modalizadores afetivos ou atitudinais

Esses modalizadores correspondem às reações emotivas expressas pelo falante com relação ao enunciado. Essas reações podem ser de cunho subjetivo, sob um ponto de vista pessoal de quem fala, ou mesmo podem ter um caráter intersubjetivo, ou seja, interpessoal, provocando uma predicação mais generalizada ao enunciado. Ambos demonstram uma reação emotiva, não sendo necessário neste trabalho diferenciá-los minuciosamente. São exemplos desses advérbios: *Felizmente*, *Lamentavelmente*, *Sinceramente*, *Francamente*...

Infelizmente, até hoje, nenhum deles conseguiu vencer a barreira de resistência levantada pelos que ainda se aferram a um arcaísmo agrícola superado e de baixo rendimento social. (D3, p. 17)

1.5.4 Advérbios graduadores

Os advérbios graduadores, mais comumente conhecidos como advérbios de intensidade, são os advérbios que têm por função intensificar para mais ou para menos os predicados a que se referem.

ILARI (2014) realça que uma característica notável desses advérbios é que eles podem se relacionar com palavras de diversas classes diferentes; de forma especial com verbos e outros advérbios.

Mas a verdade é que o vosso emitente Chefe de Estado, Presidente John Kennedy, sentiu *agudamente* os anseios dessas populações... (D7, p. 31)

A participação dos países subdesenvolvidos no comércio internacional diminuiu *progressivamente* em relação aos industrializados. (D15, p. 75)

Nos dois exemplos, os advérbios *agudamente* e *progressivamente* intensifica, respectivamente, os sentidos dos verbos *sentir* e *diminuir*. Num outro exemplo, Jango usa o advérbio *desgraçadamente*, intensificando de forma semanticamente forte o sentido do verbo agravar: “**Desgraçadamente**, a especulação e o desejo imoderado

de enriquecimento rápido agravam também, e fundamente, as condições do mercado.” (D8, p. 39)

1.5.5 Advérbios que quantificam sobre eventos

Os advérbios que quantificam sobre eventos são os que marcam a iteratividade dos fatos; são os comumente chamados de advérbios de frequência:

...mas a língua portuguesa comporta uma série de advérbios e adverbiais cuja função é indicar que o evento descrito na sentença se repete no tempo, um fenômeno que poderíamos chamar de “pluralização de eventos” (ILARI, 2014, p. 302)

Esta categoria adverbial subdivide-se em três apresentações: os advérbios que incluem a palavra *vez*, exemplo: *muitas vezes*; o advérbio *sempre* e alguns advérbios terminados com o sufixo *-mente*, como no exemplo abaixo, retirado do *corpus* selecionado:

Alcançado esse objetivo, estará a Vale do Rio Doce apta a contribuir, *anualmente*, com cerca de 180 milhões de dólares para o balanço de pagamentos do País. (D10, p. 48)

Estou certo de que todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas colorações partidárias, não negarão sua colaboração a um plano do Governo que vise, acima de tudo, à restauração de nossa economia e, *concomitantemente*, ao aceleração do desenvolvimento do Brasil. (D14, p. 68)

Nesta decisão, o Governo Federal desmente com fatos, mais uma vez, as falsas acusações de que somos *sistematicamente* contra o capital estrangeiro. (D10, p. 48)

Nos exemplos citados acima temos três advérbios quantificadores de eventos que se comportam de maneira distinta em relação aos seus escopos: no primeiro exemplo, o advérbio *anualmente* indica frequência de tempo do verbo contribuir, apontando uma escalaridade determinada da ação verbal; no segundo exemplo, o advérbio *concomitantemente* indica a simultaneidade entre as ações dos verbos *restaurar e acelerar*; por fim, no último exemplo, o advérbio *sistematicamente se aplica* à sentença explicando uma escalaridade indeterminada, ou, como bem defini Ilari (2014, p. 303), “sem especificar os intervalos ou a frequência dessa repetição”.

1.6 Advérbios verificadores

Os advérbios de focalização colocam em destaque os elementos da sentença a que incidem:

Os advérbios de focalização são expressões que, aplicadas a um segmento da sentença, explicitam que esse segmento fornece informações em algum sentido exatas. (ILARI, 2014, p. 312)

Seguindo esta linha de raciocínio é possível identificar alguns efeitos decorrentes das operações de focalização:

- a) Os de verificação de número, que consiste em dar exatidão a números apresentados, ou a ideias de quantificação numéricas;
- b) Os verificadores de especificação, que procuram por meio desta especificação reforçar o sentido de uma ideia;
- c) Os verificadores de identificação, que atuam como recuperadores de um referente já mencionado (ILARI, 2014, p. 312);
- d) Os advérbios que verificam a qualidade da verbalização, ou seja, avaliam um segmento de texto como adequado à expressão dos fatos (ILARI, 2014, p. 312)

- e) Os advérbios de congruência com um protótipo em que, segundo Ilari (2014, p. 314): estabelece a coincidência com um modelo ou protótipo implícito, recuperável a partir do texto, ou nele explicitamente evocado.”
- f) Os advérbios de verificação de factualidade, que sugerem a possibilidade de se fundamentar a afirmação na observação imediata dos fatos. (ILARI, 2014, p. 314)

Encontramos no *corpus* em destaque alguns exemplos de advérbios terminados em -mente operando como focalizadores:

Mais de 200 projetos de lei transitam pelo Congresso Nacional, todos eles pretendendo modificar, parcial ou *totalmente*, a estrutura agrária do país.” (D3, p. 17)

O custo de vida, que continua a elevar-se, está impondo a todos, *especialmente* às camadas populares, pesados e difíceis sacrifícios. (D8, p. 39)

Reformar, trabalhadores, é solucionar *pacificamente* as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos. (D16, p. 83)

No primeiro exemplo, o advérbio *totalmente* opera como verificador numérico, pois aponta para a quantidade do item referido.

Já o advérbio *especialmente*, utilizado no segundo exemplo, funciona como advérbio verificador de especificação, pois indica de forma explícita a que elemento textual a ação verbal atua mais radicalmente.

No último exemplo, o advérbio *inteiramente*, além de apontar a totalidade numérica (no sentido de não ser parcial), também reforça a afirmação da sentença, operando como verificador de factualidade.

1.7 Advérbios de negação

A palavra *NÃO* é o elemento de negação mais comum que existe na língua portuguesa, bem como o mais usado, tanto na língua falada como na escrita.

Por pertencer à classe dos advérbios, ele está presente nesta seção do trabalho em questão, entretanto, muito se tem a dizer a respeito deste recurso, fato que mereceria um trabalho exclusivo para tratar deste assunto tão importante.

A gramática de usos de Maria Helena Moura Neves possui, no capítulo especialmente destinado a advérbios, um apêndice especial que trata da negação. Os primeiros parágrafos deste apêndice descrevem a complexidade deste tema:

A negação é uma operação atuante no nível sintático, semântico (no interior do enunciado), bem como no nível pragmático. É um processo formador de sentido, agindo como instrumento de interação dotado de intencionalidade. A negação é, além disso, um recurso argumentativo).

[...]

Merece observação o fato de que o elemento *NÃO*, além de operador de negação, de uma oração ou de um constituinte, pode funcionar, sozinho, com o estatuto do enunciado negativo, como antônimo de *SIM*, especialmente em contextos de resposta a interrogativas gerais, isto é, interrogativas cuja resposta é exatamente do tipo sim/não. (NEVES, 2012, p. 285)

Como o objetivo deste trabalho é analisar os advérbios terminados com o sufixo *-mente*, não haverá exemplos nesta seção.

1.8 Advérbios de inclusão

Os advérbios verificadores que operam com o sentido de inclusão ou exclusão têm por função, num predicado que possui o que ILARI (2014) chama de *coleção de objetos*, restringir, excluir ou mesmo incluir, a partir desta coleção de objetos, um determinado item deste predicado.

Ilari (2014, p. 320) subdivide esta categoria adverbial da seguinte forma:

- a) Os que exprimem restrição: *apenas, exclusivamente e somente*;
- b) Os que exprimem exceção: *exceto, fora*;
- c) Os que exprimem inclusão propriamente dita: *também, inclusive, até*.

[...] de que a cooperação entre Estados soberanos, por mais íntima que seja, nos dá direito a nenhum deles, nem mesmo à organização que compõem, de atuar em terreno reservado *exclusivamente* à soberania interna das nações.
(D6, p. 28)

O advérbio *exclusivamente*, presente no exemplo acima, restringe o adjetivo reservado, restrição esta que bloqueia outras possibilidades na sentença.

1.9 Advérbios aproximadores

Os advérbios aproximadores são os que garantem uma aproximação ao sentido literal do escopo referido, porém não realizado por completo. Segundo Ilari (2014, p. 325): “...a função dos advérbios aproximadores é marcar a expressão a que se aplicam indicando que ela denota um estado de coisas que não se realiza por completo no mundo real.”

Os advérbios *quase, basicamente, possivelmente e aproximadamente*, entre outros, são exemplos de advérbios aproximadores muito frequentes na língua. Entretanto, advertimos que advérbios terminados em *-mente* com caráter de aproximação não aparecem nos discursos selecionados de Jango, usados aqui como corpus.

1.10 Advérbios delimitadores

Os advérbios delimitadores condizem aos limites que o falante coloca em relação às afirmações de seus enunciados, não assegurando necessariamente uma verdade ou não verdade, mas estabelecendo uma delimitação situacional ao que é dito. Exemplos: *Basicamente, Profissionalmente, Pessoalmente*: “Uma política

econômico-financeira que tratou **uniformemente** um país **economicamente** sem uniformidade...” (D5, p. 23)

A funcionalidade dos dois advérbios utilizados por Jango no exemplo citado são muito bem explicados por Neves (2012, p. 250) ao afirmar que “Esses advérbios não garantem nem negam propriamente o valor de verdade do que se diz, mas fixam condições de verdade, isto é, delimitam o âmbito das afirmações e das negações.”

Vejamos um outro exemplo:

...não resultou apenas o agravamento do desnível entre as áreas em franco progresso e as *tradicionalmente* estagnadas, dos quais o símbolo dramático é o Nordeste brasileiro. (D26, p. 93)

Nesse exemplo o advérbio *tradicionalmente* confirma que a estagnação do Nordeste é um fato tradicional, antigo, como se fizesse parte da cultura do país; o uso deste advérbio foi uma forma que o autor encontrou para não dar possibilidades de outro tipo de enquadramento que o leitor/ouvinte pudesse sugerir.

1.11 Advérbios circunstanciais

Chamamos de advérbios circunstanciais os tão conhecidos advérbios de tempo e lugar. Palavras como *hoje*, *aqui* e *lá* são exemplos comuns dessa categoria. Muitos deles possuem característica de foracidade, operando como elementos anafóricos ou catafóricos, e contribuindo para a coesão e coerência textual.

As relações de tempo e lugar estabelecidas pelos advérbios circunstanciais muitas vezes se confundem: os advérbios de tempo operam como de lugar, e os de lugar operam como advérbios de tempo! Isso ocorre especialmente na língua falada, e dificilmente se apresentam na forma que possui o sufixo *-mente*.

Em se tratando dos advérbios de tempo terminados em *-mente*, muitas vezes ocorre o equívoco gramatical, pois, em sua maioria, esses advérbios se incluem na subcategoria dos advérbios aspectuais de duração e pontualidade, já abordados neste trabalho.

No *corpus* selecionado localizamos ainda um trecho que apresenta um advérbio circunstancial de tempo terminado com o sufixo *-mente*:

Simultaneamente, e ante o imperativo de se resguardar a capacidade aquisitiva das classes médias e trabalhadoras, o Governo, ao elevar os índices do salário mínimo, fará executar medidas concretas destinadas à defesa direta da economia popular. (D15, p. 76)

Neste exemplo o advérbio *simultaneamente* tem como escopo toda a sentença, e estabelece uma relação de tempo entre as ações dos verbos *enlevar* e *executar*.

Diante dos poucos exemplos citados acima, visto que são inúmeros os advérbios existentes e resultantes da composição de um elemento lexical com o sufixo *-mente*, notamos que, além de todas as funcionalidades gramaticais expostas anteriormente, este grupo de palavras proporcionam aos textos, tanto falados quanto escritos, alto grau de sonoridade e lexicalidade. Por serem palavras encontradas abundantemente nos pronunciamentos do presidente João Goulart, questionamos se a escolha por esse tipo de uso lexical não configura um recurso estilístico – é o que será apresentado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – ADVÉRBIOS: ASPECTOS ESTILÍSTICOS

Martins (1989, p. 17) define a Estilística como “... uma das disciplinas voltadas para os fenômenos da linguagem, tendo por objetivo o estilo.”

Para que tal definição se torne clara e nos possibilite utilizá-la como ferramenta de estudo, cabe agora definirmos *estilo* para compreender este *objetivo* citado pela autora.

Dentre as várias definições encontradas, foram escolhidas algumas que atendem ao objetivo desta pesquisa, citadas a seguir:

O estilo é compreendido como uma ênfase (expressiva, afetiva ou estética) acrescentada à informação veiculada pela estrutura linguística sem alteração de sentido. O que quer dizer que a língua exprime e o estilo realça. (Riffatterre, 1973, apud MARTINS, 1989, p. 2)

Estilo é o conjunto objetivo de características formais oferecidas por um texto como resultado da adaptação do instrumento linguístico às finalidades do ato específico em que foi produzido. (Carvalho, 1973 apud MARTINS 1989, p. 2)

Estilo é a linguagem que transcende do plano intelectual para carrear a emoção e a vontade. (Mattoso Câmara, 1977 , apud MARTINS 1989, p. 3)

As citações acima atendem à definição que se espera de estilística, entretanto, Martins (1989) cita também Bally, cuja definição de Estilística descreve claramente ao que se busca para a análise deste corpus, afirmando que:

Charles Bally volta-se para os aspectos afetivos da língua falada, da língua a serviço da vida humana, língua viva, espontânea, mas gramaticalizada, lexicalizada, e possuidora de um sistema expressivo cuja descrição deve ser a tarefa da estilística. (Bally, 1941, apud MARTINS 1989, p. 3)

Com isso observamos que a comunicação elaborada, carregada de meticulosidade e particularidades linguísticas é o que define o estilo de um texto. O estilo, então, é composto por um conjunto de traços que marcam a linguagem de um determinado autor, os chamados “*traços estilísticos*”.

Bechara define traços estilísticos como “o conjunto de particularidades do sistema expressivo para eficácia estética...” (1999, p. 614).

Essas particularidades linguísticas que compõem o traço estilístico não são necessariamente características atribuídas a um único autor, podendo também ser traços de um outro escritor que nada tem em comum com o texto analisado. Câmara salienta que “o traço estilístico não se trata de uma maneira de dizer necessariamente pessoal.” (CÂMARA, 1991, apud BECHARA, 1999, p. 614).

Outro fator que nos interessa explicitar é a questão da comunicação, da função metalinguística da linguagem. Segundo Martins (1989, p. 30):

Esta função pode ser considerada implícita nas mensagens em que se nota que o emissor, ao fazer sua escolha entre os meios de expressão, fez alguma reflexão de ordem linguística. Em todo texto literário, que pressupõe uma acurada seleção dos meios expressivos, a função metalinguística esta subjacente incorporada à função poética.

Nesta perspectiva, é possível dizer que os pronunciamentos de cunho político utilizam-se sim da função metalinguística, isto é, o emissor usa o próprio código, neste caso a linguagem, para compor seu texto; a reflexão linguística é feita pela escolha das palavras, pela sonoridade, atribuindo ao texto um grau de poesia, de beleza textual que tende a atrair o leitor ou ouvinte.

Jango, ao utilizar em seus pronunciamentos dos advérbios modalizadores (em especial aos advérbios terminados com o sufixo *-mente*), compõe um texto altamente trabalhado, causando certo grau de encantamento e admiração aos seus ouvintes.

Ao analisarmos um texto sob o ponto de vista da Estilística, conscientizamo-nos das grandes possibilidades de expressividade que a língua nos oferece. Dentre essas inúmeras possibilidades, neste trabalho nos atentaremos de forma mais

detalhada a três campos da Estilística: Estilística Fônica (do som), Estilística Morfológica (formação de palavras) e à Estilística da frase (posição do advérbio).

2.1. Estilística fônica

A Estilística Fônica, também chamada de estilística do som, trata dos valores expressivos de natureza sonora, dos fonemas nas palavras e enunciados. A entonação e o ritmo estabelecem uma maior sensibilidade ao ouvinte ou leitor. Martins (1989, p. 26) define, com precisão, este poder expressivo da estilística fônica no trecho em que diz:

... a matéria fônica desempenha uma função expressiva que se deve a particularidades da articulação dos fonemas... Os sons da língua – como outros sons dos seres- podem provocar-nos uma sensação de agrado ou desgosto e ainda sugerir ideias, impressões.

Bally (1951, apud Martins, 1989, p. 101), esclarece o papel da estilística fônica e a forma com que os sons proporcionam estilo aos textos:

Não há dúvida de que na matéria fônica se escondem possibilidades expressivas. Deve-se entender como tal tudo que produza sensações musculares e acústicas; sons articulados e suas combinações, jogos de timbres vocálicos, melodia, intensidade, duração dos sons, repetição, assonâncias e aliterações, silêncios, etc. etc. Na linguagem, estas impressões fônicas permanecem em estado latente enquanto o significado e o matiz afetivo das palavras em que figuram sejam indiferentes ou opostos a esses valores: mas brotam quando há concordância. Assim, junto à fonologia propriamente dita há lugar para uma fonologia expressiva, que pode trazer muita luz à primeira analisando o que nos diz o instinto: que há uma correspondência entre os sentidos e os efeitos sensoriais produzidos pela linguagem.

Este trecho de Bally esclarece didaticamente o uso do sufixo *-mente* nos advérbios utilizados por Jango em seus pronunciamentos. A sonoridade provocada no uso destas palavras constitui um recurso estilístico que, num primeiro momento,

podem parecer indiferente, entretanto, ao estabelecer concordância, significação, produzem alta expressividade.

Martins também comenta quanto à questão da repetição dos sons de valor expressivo. Para ela, há diversos motivos para o uso deste recurso como recurso estilístico, dentre estes muitos recursos, a autora nos chama a atenção de dois pontos que aqui nos interessam: a unidade do texto e a melodia provocada pelo som:

Muitas vezes a repetição deles pode não ser de natureza simbólica ou onomatopéica, mas ter outras funções como realçar determinadas palavras, reforçar o liame entre dois ou mais termos, ou ainda contribuir para a unidade de um texto ou parte dele. Pode ser ainda um processo lúdico que crie harmonia e seja agradável ao ouvido. (MARTINS, 1989, p. 38)

O uso dos advérbios como recurso estilístico fônico também é confirmado pela gramática. Bechara (2009) claramente nos diz como, por meio da flexibilidade posicional dos advérbios, podemos utilizá-lo como a favor da estilística: “Este papel singular do advérbio *lhe* dá também certa autonomia fonológica, de contorno entonacional muito variado, a serviço do intuito comunicativo do falante.” (p. 290)

Para referenciar a afirmação acima, verificamos que, em seu pronunciamento na Central do Brasil, em 13 de janeiro de 1964, Jango utilizou-se 19 vezes de advérbios modalizadores terminados em *-mente*, sendo eles: *cuidadosamente*, *livremente*, *normalmente*, *particularmente* (mencionado 2 vezes), *implacavelmente*, *pacificamente* (mencionado 2 vezes), *inteiramente*, *radicalmente*, *diretamente*, *economicamente*, *claramente*, *democraticamente*, *especialmente* (mencionado 3 vezes), *igualmente*, *permanentemente*.

É inegável a constatação da melodia provocada pela repetição dos fonemas; a assonância e a aliteração garantem estilo e expressividade à fala do presidente.

Vejamos um trecho de tal discurso em que Jango utiliza-se de dois advérbios destes advérbios em um mesmo período:

Reformar, trabalhadores, é solucionar *pacificamente* as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, *inteiramente* superada pela realidade dos momentos em que vivemos. (D16, p. 83)

Neste trecho, é notável a expressividade e o tom melódico que os advérbios *pacificamente* e *inteiramente* garantem à fala do presidente, remetendo-nos diretamente à fala de Martins (1989) sobre a repetição dos sons ser um processo harmonioso e agradável ao ouvido.

Num outro trecho deste mesmo pronunciamento, encontramos o uso de dois advérbios modalizadores de forma diferenciada: “...para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, **pacífica e democraticamente**, para melhores dias.” (D16, p. 87)

O mesmo ocorre no Discurso de encerramento no Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas: “Mais de 200 projetos de lei transitam pelo Congresso Nacional, todos eles pretendendo modificar, **parcial ou totalmente**, a estrutura agrária do País.” (D15, p. 72, grifos nossos).

Nestes dois casos foram utilizados dois advérbios modalizadores, porém em um deles é omitido o sufixo *-mente*, isso para que o som não se torne repetitivo e cansativo para o ouvinte; a repetição do sufixo em palavras muito próximas daria ao texto um aspecto cansativo e, de certo modo, empobreceria o texto.

2.2 O processo de formação de palavras e a estilística – uso do prefixo *-mente*

Muito se discute a respeito da estilística morfológica. O fato de a morfologia ser uma ciência de caráter mais áspero, mais atrelado às questões históricas e, de certa forma, possuir uma tendência menos ligada às questões literárias, pouco nos parece que os aspectos estilísticos tenham espaço numa abordagem morfológica. Entretanto, Martins (1989, p. 111) rebate este ponto de vista ao abordar os aspectos de escolha dos autores quanto às palavras usadas em seus textos:

A ideia de que vocábulos que não se incorporam na língua não têm interesse estilístico é bem discutível. Primeiramente, porque não podemos antever o destino dos vocábulos forjados por um escritor ou uma pessoa qualquer. Demais, eles evidenciam as potencialidades dos processos de renovação do

léxico e dos elementos formadores (lexemas e morfemas), que são integrantes da língua. Ainda que as novas palavras tenham existência efêmera, elas revelam um meio de o falante realizar o seu desejo de expressividade.

O processo de formação de palavras é um dos aspectos morfológicos utilizados na Estilística. Dentre os inúmeros processos de formação de palavras presentes na Língua Portuguesa, a derivação sufixal destaca-se tanto por sua capacidade de expressividade, que denota diferentes conotações, como por sua grande variedade. Segundo Martins (1989), existem mais de cem sufixos na língua portuguesa, destacando-se os sufixos diminutivos, aumentativos, coletivos, superlativos, formadores de substantivos, adjetivais, adverbiais etc...

O sufixo adverbial *-mente* costuma, em sua maioria, originar-se de um adjetivo. Tomemos como exemplo o advérbio *especialmente*, em que o sufixo *-mente* origina-se do adjetivo *especial*. Entretanto, há casos na literatura em que este sufixo deriva também a substantivos. Martins (1989) afirma que, nessas circunstâncias, quando o sufixo *-mente* promove uma derivação substantiva, o grau de expressividade é grandioso, como nos exemplos citados por Martins (1989, p. 118-119):

Eça usa “*animalmente*”, Mario de Andrade “*tamandualmente*”, e assim também outros. Mas quem vai mais longe no uso do sufixo, ligando-o não só ao substantivo (*coraçãomente, mortemente, madrugadamente*) mas ainda advérbios e locuções, é Guimarães Rosa; muitas dessas formas soam estranha e *desagradavelmente; quasemente, aposmente, depoismente, maismente, sempremente, mil-veses-mente, com-some-mente*.

Jango não usa do sufixo *-mente* de maneira tão ousada como Guimarães Rosa, mas é inegável que ele usara deste recurso como forma de expressividade, ainda que o sufixo esteja derivando apenas adjetivos. Isso porque seus pronunciamentos são feitos em linguagem formal, porém carismática; pronunciados por um político de alto escalão, mas direcionado dedicadamente ao povo.

Existe um sufixo adverbial -mente (originário de um substantivo), mas como funciona! Na linguagem normal só forma advérbios a partir de adjetivos (na forma feminina), havendo linguistas que consideram o advérbio em -mente um adjetivo em incidência verbal (Pottier, 1973, apud Martins, 1989 p. 118).

Em seu *Discurso sobre Política Externa e Dívida Brasileira*, de fevereiro de 1964, Jango utiliza-se 15 vezes de advérbios terminados com o sufixo -mente, sendo eles: *recentemente*, *igualmente* (usado duas vezes), *favoravelmente*, *definitivamente* (usado duas vezes), *rigorosamente*, *satisfatoriamente*, *especialmente*, *progressivamente* (usado duas vezes), *atualmente*, *simultaneamente*, *antecipadamente*.

Vejamos o trecho de um parágrafo deste discurso em que aparecem 3 destes advérbios:

Realmente, tem razão o Governador Carvalho Pinto quando afirma que, *infelizmente*, os governos centrais não têm dado a assistência e o apoio indispensáveis aos homens que laboram debruçados sobre a terra fecunda de São Paulo e do Brasil e ajudam a criar a riqueza nos campos e nas cidades do País. [...] Entendo que poderá ocorrer para tumultuar a vida da Nação um crescimento como que *atualmente* ocorre no setor industrial. (D14, p. 65, grifos nossos)

2.3 Estilística da frase – a posição dos advérbios na frase

Outro aspecto que aqui abordaremos é a questão da posição dos advérbios na frase. Para isso, primeiramente citaremos algumas definições para o termo *Frase*: “Frase é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação.” (Cunha e Cintra, 2013, p. 133)

[...] o enunciado aparece também em forma de frase, cuja estrutura interna difere da oração porque não apresenta relação predicativa. São às vezes simples palavras, outras vezes uma reunião delas, que são transpostas à função do enunciado. (Bechara, 2009, p. 407)

Essas definições foram retiradas de duas importantes gramáticas contemporâneas da língua portuguesa, e ambas apontam para a função da frase de transmitir o sentido completo de um enunciado. Já Martins apresenta algumas definições de frase sob o aspecto da Estilística. Numa citação indireta a Bally a autora nos expõe a questão da melodia que a frase apresenta; a tonalidade de cada frase determinaria o sentido que esta tem por intensão transmitir:

Bally explica a frase como forma de comunicação de pensamento caracterizada por uma melodia, podendo o pensamento ser: um julgamento de fato (verdadeiro ou falso); um julgamento de valor (bom ou mau) ou uma violação (algo desejável ou indesejável). (MARTINS, 1989, p. 130).

A citação mencionada por Martins faz sentido partindo-se do princípio de que a frase é um enunciado de sentido completo, e é este sentido que vai determinar a mensagem a ser transmitida, e não tendo necessariamente que obedecer a uma regra gramatical específica para que atenda a esta definição: “Como unidade de comunicação, a frase exprime um sentido, encerra um conteúdo, que corresponde à sua função.” (MARTINS, 19689, p. 130)

É certo que a frase não é um elemento independente do texto. O texto é formado por frases e elementos coesivos que resultarão num todo e cumprirão a função principal da comunicação. Entretanto, é por meio da frase que se elabora o texto, e é neste momento que são escolhidos os elementos que nesse texto serão usados, a forma em que esses elementos serão colocados e, como resultado dessas escolhas, o grau de expressividade que este texto carregará.

A ordem dos termos nas frases configura a escolha da posição das palavras; ela é o trabalho que o autor tem, intencionalmente, de optar, de acordo com as suas possibilidades, o lugar em que posicionará cada palavra na frase.

Esse trabalho garantirá ao texto a entonação e o ritmo, efeitos que valorizarão expressivamente as ideias e sentimentos de acordo com o desejo do autor.

Apesar dos padrões impostos pela língua quanto à ordem dos vocábulos na frase, existe um espaço para que este aspecto seja trabalhado na construção do texto:

mas há também, sobretudo no português, uma margem de liberdade que é largamente aproveitada para a expressividade; assim sendo a colocação sintático-gramatical e a colocação estilística se coordenam e complementam. (Mattoso Câmara, 1977 , apud MARTINS 1989, p. 164)

Ao falarmos da classe dos advérbios, existe, sim, em algumas circunstâncias frasais, uma ordem fixa para o posicionamento dos advérbios. É o que notamos em alguns exemplos retirados do *corpus*:

Permitam, entretanto, senhores congressistas, neste momento, uma reflexão que suponho *seguramente* tão sua quanto minha. (D1, p. 10, grifos nossos)

Dirijo-me *especialmente* ao Presidente Pascoal Ranieri Mazzilli... (D1, p. 11, grifos nossos)

...aos estudantes que lutaram *intrepidamente* pela preservação da ordem democrática. (D1, p. 11, grifos nossos)

O surpreendente, no entanto, é que não perdem o sono diante do panorama social do País, onde um povo pobre luta para viver em território *potencialmente* poderoso. (D3, p. 16, grifos nossos)

Ela só será efetiva se representar uma ato de planejamento, isto é, de aplicação racional de recursos, medidas e providências dentro dos prazos definidos, e visando a objetivos *claramente* pré-firmados. (D5, p. 24, grifos nossos)

Os Estados Unidos da América dão ao mundo o exemplo de uma economia organizada e *plenamente* desenvolvida. (D7, p. 32, grifos nossos)

Podemos notar pelos exemplos citados, que os advérbios que se referem a verbos são pospostos, é o caso dos três primeiros advérbios: *seguramente*, *especialmente*, *intrepidamente*. Já no caso dos três últimos exemplos, os advérbios *potencialmente*, *claramente* e *plenamente* aparecem antepostos aos adjetivos a que se referem.

Entretanto, a classe dos advérbios apresenta uma maior liberdade quanto ao posicionamento das palavras. Como afirma Ilari (2014, p. 314), “a liberdade de posicionamento tem como limite “a possibilidade de o escopo resultar por demais obscurecido.”

Tendo como lastro o apoio popular e como meio uma administração técnica e eficiente, amparada pelo Governo Federal, põe a Companhia Vale do Rio Doce, sob a presidência do atual Ministro das Minas e Energia, lançar-se a gigantesco plano de desenvolvimento, que, em curto prazo, a colocará em condições de, sozinha, *anualmente* exportar 20 milhões de toneladas de minério de ferro. Alcançado esse objetivo, estará a Vale do Rio Doce apta a contribuir, *anualmente*, com cerca de 180 milhões de dólares para o balanço do País, assim crescendo, *isoladamente*, à posição de segunda fonte geradora de divisas, no Brasil, suplantada apenas pelo café. (D10, p. 48, grifos nossos)

Nesse parágrafo nota-se a presença de três advérbios terminados em -mente. No primeiro caso, o advérbio *anualmente* vem posicionado antes do verbo referido; no segundo, o mesmo advérbio foi posicionado depois do verbo e, por fim, o terceiro advérbio (*isoladamente*) aparece também depois de seu verbo-escopo.

O que nos chama a atenção é que a forma distinta em que os dois primeiros advérbios foram posicionados não alterou o seu sentido, bem como não provocou alteração gramatical, o que corrobora de esse uso preferencial tratar-se de uma questão de estilo.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou-nos fazer uma revisão crítica da classe dos advérbios por meio de uma releitura das abordagens gramaticais tradicionalistas, de Cunha & Cintra e Bechara, em confronto com a abordagem gramatical funcionalista defendida por Neves.

Antes de adentrar no universo adverbial, atentamo-nos para o princípio da classificação das palavras, de forma a compreender o porquê desta classe ser tão complexa e de difícil classificação.

Sob a ótica funcionalista de Neves e Ilari, percorremos as diversas categorias adverbiais (advérbios predicadores, modificadores, aspectualizadores, modalizadores, verificadores, de negação, de inclusão, aproximadores, delimitadores e circunstanciais), com a intenção de analisar os seus aspectos gramaticais, semânticos e discursivos.

Devido à imensa quantidade de advérbios presentes em nosso léxico, foi necessário fazer um recorte dos advérbios que seriam utilizados para análise. Para tanto, escolhemos os advérbios terminados com o sufixo *-mente*, e, como corpus para esta análise, foram escolhidos os pronunciamentos do presidente João Goulart, cujo vocabulário era rico nas palavras que aqui nos interessa.

Com isso, os advérbios terminados em *-mente* foram analisados dentro de sentenças retiradas desses pronunciamentos, observando sua desenvoltura desses advérbios, como eles se comportam e como atendem às funções gramaticais abordadas por Neves e Ilari.

Presidente do Brasil entre os anos de 1961 e 1964, Jango, como era popularmente conhecido, possuía um discurso com perfeita estrutura gramatical. Por ter sido presidente num período em que a política brasileira era marcada pelo movimentos populista e nacionalista-reformista, sua fala era direcionada ao povo, transparecendo carisma e confiança. Nos 17 pronunciamentos analisados, apareceram 118 advérbios terminados com o sufixo *-mente*, material este que nos chamou a atenção e mostrou-se rico para o estudo em questão.

Por esse mesmo motivo, além da questão gramatical, esse estudo também contemplou analisar os advérbios em *-mente* sob o aspecto da Estilística. Para isso,

utilizamos Martins como fonte de consulta, e observamos que esses advérbios foram um forte recurso estilístico que Jango utilizou em seus pronunciamentos.

Verificou-se que palavras terminadas com o sufixo *-mente* são utilizadas como recurso estilístico desde sua composição, por meio do processo de formação de palavras. A posição em que se encontram os advérbios na frase também constituem recurso estilístico, visto que o advérbio é uma palavra que não possui posição fixa na sentença. Mas o recurso estilístico que mais provoca expressividade é o da estilística fônica: é o recurso da estilística sonora, produzido pelo som dos fonemas das palavras e dos enunciados, e que, nos pronunciamentos de Jango, compõem grande expressividade à fala do presidente, produzindo uma melodia que encantava a quem ouvia.

Por fim, podemos afirmar que os objetivos propostos deste estudo foram alcançados, entretanto, muito há para ser estudado na classe dos advérbios, e muito há de ser discutido, visto se tratar de uma classe de palavras rica e ao mesmo tempo complexa, que muito contribui para o léxico, mas que ainda causa grandes conflitos quanto à sua definição e função na língua.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. "João Goulart: uma biografia": reflexões sobre a obra de Jorge **Ferreira**. **Revista de História** núm. 166, enero-junio, 2012, pp. 323-330. **USP – SP**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2850/285025368013.pdf>>
- _____, Agência Senado. **Veja a biografia de João Goulart**. 02 de março de 2015. Disponível < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/12/10/veja-a-biografia-de-joao-goulart>>
- ARQUIVO NACIONAL. **Centro de informação e acervo dos presidentes da republica**. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp>.
- BATISTA, Marivone Borges de Araújo & KANTHACK, Gessilene Silveira. **Advérbios modalizadores: descrição e análise do comportamento sintático e semântico**. IV SEPEXLE – Seminário de pesquisa e extensão em letras. Universidade Estadual de Santa Cruz - Campus Soane Nazaré de Andrade, de 21 a 23 de Maio de 2012. Disponível em: www.uesc.br/eventos/sepexle/ivsepexle/artigos/anais_tomo_completo.pdf
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CARVALHO, Laiz Barbosa de (coautora). **Minidicionário Larousse da língua portuguesa**. 3 ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**. 3 ed. São Paulo: Atual, 2009.
- COREGNATO, Rita Catalina Aquino & MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1945-1964): um conceito em transformação. Anos 90** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Capa > v. 16, n. 29 (2009) > Domingos. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/10247>>
- FERREIRA, Jorge (ORG). **O Populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 380 p. Resenha de: FLORES, Elio Chaves. Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista v. 2 n. 1 p. 207-219. 2002. Disponível em: < periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/163/177>

FRANCISCO, Maria de Fátima Simões. **Da especificidade do estilo retórico segundo Aristóteles**. Organon, Porto Alegre, nº 27, julho-dezembro, 1999, p. 29 – 38. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/organon/article/download/30400/18839

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **A trajetória política de João Goulart**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart.

GONDIM, Emanuela Monteiro. **O grau de composicionalidade dos advérbios em -mente**. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*. São Paulo: 2015. [Capa](#) > [v. 15, n. 1](#) (2015) > [Gondim](#) > Disponível em: editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/download/9424/5749

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A Análise do Discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo. 39: 13-21, 1995. Disponível < seer.fclar.unesp.br > [Capa](#) > v. 39 (1995) > [Gregolin](#)

ILARI, Rodolfo (Org). **Gramática do Português culto falado no Brasil: Palavras de classe aberta**. São Paulo: Contexto, 2014.

LOPES, Natália Sousa & MOURA, Laryssa Nunes. **Os diferentes critérios utilizados para classificação de palavras nas gramáticas tradicionais**. *Entrepalavras*, Fortaleza - ano 2, v.2, n.2, p. 43-56, jan/jul 2012. Encontro sobre Gramática: saberes e fazeres, realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC) Disponível em: www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/81/149

MACAMBIRA, José Rebouças. **A Estrutura Morfo-Sintática do Português**. 9 ed., São Paulo: Pioneira, 1999.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa**. São Paulo: T. A. Queiróz: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. Ferreira, Jorge. João Goulart: uma biografia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 429-432 – 2012. Disponível. < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/20.pdf>>

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político**. *Barbarói: Revista do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul*. Capa > Nº 24 ANO 2006/1 > [Pinto](#). Disponível: online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/2540/1822

PRETTI, Dino (Org) *et al.* **O Discurso oral culto**. 2 ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999.

SILVA, Alexandre Marques. **Discurso e Identidade: Breve caracterização Linguístico-Discursiva do Populismo**. *Linha d'Água*, São Paulo. N. 25 (1), p. 109-130, 2012. Disponível www.revistas.usp.br/linhadaqua/article/download/37370/40091

